

Resolução do Secretariado Nacional

14/01/2010

1. O desemprego continua a aumentar, atingindo níveis cada vez mais insustentáveis.
2. Após um ano de 2009 com um decréscimo significativo do produto, prevê-se para 2010 um crescimento económico claramente insuficiente para evitar o aumento do desemprego, em particular nos primeiros meses de 2010.
3. As recentes previsões do Banco de Portugal confirmam as previsões mais recentes das Instituições Internacionais (UE, OCDE, FMI) e vêm confirmar que, ao contrário do que aconteceu nos primeiros meses de 2009 (em que as previsões mais recentes eram sempre piores que as anteriores), há sinais claros de retoma, mas a um nível que exige políticas sustentadas de crescimento económico.
4. A taxa de inflação iniciou uma tendência crescente de aumento, registando-se em Dezembro uma inflação homóloga claramente superior à inflação anual, o que confirma as previsões de que em 2010 teremos uma inflação anual positiva, que neste momento se prevê de cerca de 1.5%.

Neste quadro, o Secretariado Nacional da UGT reunido em 14/1/10, reclama:

1. A devida prioridade às políticas de combate ao desemprego, o que exige não só medidas que reforcem o crescimento económico, mas também o reforço das políticas activas de emprego e de apoio aos desempregados.
2. A avaliação, reformulação e reforço das políticas de emprego de combate à crise, de modo que atinjam plenamente os seus objectivos, com prioridade ao apoio à criação de postos de trabalho, à diminuição da precariedade e à qualificação dos trabalhadores. Em especial devem entrar imediatamente em vigor os diferentes programas de estágios remunerados e que os trabalhadores envolvidos sejam abrangidos pelo regime geral da Segurança Social, tendo assim acesso ao subsídio de desemprego.
3. Uma particular atenção ao combate à pobreza e ao apoio aos desempregados, considerando em especial:
 - Que os valores mínimo e máximo do subsídio de desemprego devem ser indexados ao salário mínimo e não ao indexante dos apoios sociais (IAS);

- Rápida publicação das medidas anunciadas em CPCS em 17/12/09 e ainda não publicadas, particularmente a actualização do salário mínimo;
 - Permitir a reforma antecipada, durante o ano de 2010, dos trabalhadores com mais de 55 ou 60 anos (em vez dos actuais 57 e 62), esgotado o período de atribuição do subsídio de desemprego;
 - O reforço do apoio aos desempregados por parte dos Centros de Emprego, por via do acesso à formação e do apoio à procura activa de emprego;
 - O reforço do apoio às famílias em que mais de um membro do agregado esteja desempregado ou com filhos menores.
4. A continuação de medidas orientadas para o crescimento económico, por via do investimento económico, por via do investimento público e do apoio ao investimento privado, particularmente às PME's e tendo em atenção a criação de postos de trabalho.
 5. O investimento público deve ser especialmente orientado para as áreas sociais (escolas, saúde, apoio aos idosos e às crianças,...), devendo os investimentos estruturantes ser objecto de particular atenção na relação custo-benefício e de aumento da coesão social e territorial.
 6. Políticas de modernização de carácter sectorial que respondam à necessidade de manutenção da capacidade produtiva, ao aumento da competitividade e à melhoria da qualidade do emprego, devendo os programas qualificação-emprego de carácter sectorial ter a devida participação dos Sindicatos.
 7. Uma política salarial que tenha por base a inflação prevista e uma repartição dos ganhos de produtividade e atenda à situação financeira dos sectores e empresas.
 8. O reforço da negociação colectiva, a nível sectorial e de empresa, procurando por essa via conciliar os interesses dos trabalhadores e das empresas e uma repartição mais equilibrada da riqueza criada, devendo merecer particular atenção:
 - A revisão atempada das convenções colectivas, com penalização de comportamentos patronais anti-negociais e combatendo os vazios negociais;
 - A garantia do direito à negociação colectiva na Administração Pública, particularmente a nível dos trabalhadores abrangidos pelo contrato de trabalho em funções públicas e com retoma de processos negociais interrompidos ou não concluídos, como é o caso das carreiras gerais de saúde, dos técnicos de saúde, dos enfermeiros, dos trabalhadores não docentes e dos trabalhadores dos Institutos Públicos e das Empresas Municipais ou com forte participação pública.
 9. Uma política fiscal que procure uma maior justiça na distribuição da carga fiscal (combatendo em especial práticas de benefícios ilegítimos de gestores públicos e privados e fugas ao pagamento normal das taxas), recusando políticas de redução da carga fiscal que terão impactos fortemente

negativos nas políticas sociais e na necessidade de combate ao défice e à modernização da Administração Pública, com participação e mobilização dos trabalhadores envolvidos.

10. O controlo das transferências para os Offshores, combatendo o aumento imoral de transferências que se vem verificando nesta época de crise.

11. Políticas de apoio à internacionalização que sejam instrumentos de aumento de exportações ou transferências de tecnologia, mas combatendo e sobretudo não apoiando investimentos no estrangeiro que procurem apenas aumentar as margens de lucro.

12. A UGT exige em particular:

- A defesa do reforço de políticas comunitárias de apoio aos sectores em crise;
- A necessidade de uma regulação financeira que combata os paraísos fiscais e os capitais especulativos, devendo ser introduzida uma taxa financeira sobre as transacções financeiras internacionais de curto prazo, que sirva para financiar os orçamentos nacionais e o combate ao défice.

A UGT saúda o Acordo celebrado entre os Sindicatos de Professores e o Governo, sobre carreiras e avaliação, esperando que o mesmo contribua de forma decisiva para uma valorização da carreira docente e a melhoria da qualidade do sistema educativo.

A UGT espera que o mesmo seja uma base de dinamização e abertura na negociação colectiva e no diálogo social da Administração Pública, do Sector Empresarial do Estado e do Sector Privado, em geral.

EM CONCLUSÃO

A UGT defende uma Política de Crescimento, Competitividade e Emprego que tenha por objectivo a diminuição do desemprego e a melhoria da qualidade do emprego, com reforço da negociação colectiva, da concertação social e do diálogo social a todos os níveis.